

AS MÚLTIPLAS FACES DO ESPAÇO URBANO NO ESTUDO DA GEOGRAFIA

Luiz Etevaldo da Silva¹

RESUMO: Este artigo traz reflexões sobre o estudo da Geografia, a partir de uma visão que leve em consideração os diversos fenômenos que contribuem para configurar o espaço e os lugares; pensa o estudo das múltiplas faces do espaço urbano, com um olhar pretensamente crítico sobre a realidade no contexto da complexidade. Parte do princípio que estudar geografia é refletir acerca das interações dos atores sociais nos lugares; procurando identificar os interesses e, portanto, as relações de poder, que interferem na formação e transformação do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, espaço urbano, redes de fluxos, Sociologia Urbana.

ABSTRACT: This article reflects on the study of geography, from a vision that takes into account the different phenomena that contribute to shape the space and the places; it thinks on the study of the multiple facets of urban space, with a critical eye on the alleged fact in the context of complexity. It results that to study geography is to reflect on the interactions of social actors in places, trying to identify the interests and therefore the power relations that affect the formation and transformation of space.

KEYWORDS: Geography, urban space, network flows, Urban Sociology.

Introdução

Este artigo tece considerações acerca das múltiplas faces do espaço urbano pelo ponto de vista da Geografia. Procura analisar as possibilidades de reflexões sobre o lugar no espaço e estabelecer relações entre suas diversas dimensões: social, econômica, política e cultural.

Partindo do espaço cidade, como conceito fundamental na contemporaneidade do estudo da geografia, no ensino básico, busca, então, oportunizar um olhar crítico e complexo da realidade sócio-espacial, onde o local sempre é visto no contexto do global, dialeticamente.

Parte-se da perspectiva que o ensino da Geografia requer do

¹ Licenciado em Estudos Sociais, Graduado em História, Especialista em Humanidades e Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ-RS). Docente na rede de ensino pública básica do Estado do RS. E-mail: luizetevaldo@yahoo.com.br

professor uma visão abrangente da configuração do espaço, onde as redes de fluxo influenciam sobremaneira a vida e o modo de ser dos sujeitos nos lugares, ou seja, cria uma sociologia urbana, marcada por diferentes formas de interação.

Entende-se, assim, que estudar geografia é compreender a formação e transformação do espaço a partir de diversos olhares e é desenvolver competências e habilidades para estabelecer conexões entre os vários fenômenos sociais, históricos, econômicos e políticos.

O espaço cidade

A cidade pode ser entendida como o palco da modernidade, pois, via de regra, convergem os interesses do homem contemporâneo, com sua capacidade de criar, seus paradoxos, insensatez, ganância, solidariedade, ou seja, é um espaço marcado por uma diversidade de subjetividades.

O ensino de Geografia se depara com o estudo do espaço com seus significativos complexos problemáticos marcados pelo pluralismo e diversidade de elementos materiais e/ou simbólicos, que exige do professor domínio teórico das categorias conceituais e habilidade para estabelecer relações e conexões entre as várias dimensões constituintes da realidade de um lugar.

Pensar criticamente o espaço a partir do lugar onde estamos é um desafio para o ensino de Geografia, na medida em que neste processo, além da apropriação dos conteúdos conceituais, é necessária uma práxis pedagógica que leve em consideração o ser humano como ator social, dependente das vicissitudes históricas e políticas; uma práxis que precisa refletir e encontrar modos de interferir na realidade para criar condições de conquista ou ampliação da cidadania.

Começar a observar o espaço cidade como objeto de estudo não significa olhá-lo isoladamente, pelo contrário, a cidade (urbano) está intimamente relacionada ao campo. O estudo da Geografia interpela uma metodologia dialética para captar as determinações da dinâmica social e política do lugar de referência.

Estudar o lugar cidade é fundamental para compreensão do mundo, pois é a partir dela que as relações sociais e políticas interferem diretamente na vida dos indivíduos. Segundo Callai (2006, p. 83):

Muitas vezes sabemos coisas do mundo, admiramos paisagens maravilhosas, nos deslumbramos por cidades distantes, temos informações de acontecimentos exóticos ou interessantes de vários lugares que nos impressionam, mas não sabemos o

que existe e o que está acontecendo no lugar em que vivemos.

O estudo da cidade é importante para começar a analisar as dimensões do conceito de espaço. Pois a análise crítica sobre a realidade concreta possibilita criar condições para que o sujeito cognoscente se aproprie de ideias capazes de constituí-lo num indivíduo pensante e, assim, ser um ator engajado na luta por cidadania. Pois, no entender de Bado (2009, p. 33):

Pelo estudo da cidade, os modos de organização do espaço e as relações sociais que nele atuam e o influenciam, podem ser trabalhados em toda a sua complexidade, e o mais importante: possibilitando o estudo da dialética entre local e global, tendo como referência o lugar vivido.

Pensar e repensar a vida na cidade é indispensável para formação de uma subjetividade crítica que se dispõe a participar politicamente do processo. Muitas cidades já adotam o orçamento participativo como meio para decidir onde serão investidos os recursos públicos. Neste caso, torna-se necessário que o sujeito saiba defender suas demandas, discutir, justificar com argumentos sólidos. Pois um indivíduo alienado não sabe o que quer ou não sabe dizer o que quer e acaba, muitas vezes, apenas legitimando as decisões tomadas de cima.

Formar um olhar geográfico sobre a cidade é organizar as práticas pedagógicas para compreender as diversas dimensões da configuração sócio-espacial como apreensão de relacionamentos dialéticos, para desenvolver competências e habilidades para oportunizar construção de conhecimentos críticos, mediados pelo vínculo social e político necessário para entender as tensões subjacentes às relações de poder do lugar.

Neste sentido, então, o ensino de geografia interpela o professor a provocar o aluno para ir além da aparência dos processos ideológicos que interferem na construção e reconstrução do espaço. Sendo assim, “a associação de práticas pedagógicas que potencializem o lado questionador, crítico, propositivo e interativo dos alunos, deve ser considerado pela disciplina de Geografia” (BADO, 2009, p. 34).

Assim, a Geografia pode contribuir de forma significativa para constituição do sujeito político, capaz de perceber as continuidades e descontinuidades dos processos sociais e políticos, e fazer uma leitura das estruturas e contradições no enfrentamento histórico. Desta maneira, o homem coloca-se no contexto como ator potencialmente em condições de interferir e ser protagonista, engajado na prática da emancipação.

O caráter de força emancipatória é percebido por meio do ensino de Geografia quando conseguimos atribuir sentido e significado à dinâmica social e política na cidade, e quando se cria condições para uma leitura crítica e doravante, possivelmente, uma ação para intervenção na realidade configurada para, assim, capaz de dizer-se no mundo.

Estudar Geografia de forma compreensiva pressupõe estar atento às diversas dimensões do processo social: os aspectos materiais e simbólicos; que influenciam o modo de pensar dos sujeitos sociais e contribuem para dar a performance ao lugar onde interagem cotidianamente. Segundo Cavalcanti (2002, p.75):

[...] a cidade considerada conteúdo escolar, não é concebida apenas como forma física, mas como materialização de modos de vida, como um espaço simbólico, formador de sentidos de pertinência e de identidade, fundamentais para a formação da cidadania. Sendo assim seu estudo volta-se para desenvolver no aluno a compreensão do modo de vida da sociedade contemporânea e de seu cotidiano em particular.

O conhecimento das dimensões que influenciam na formação e transformação do espaço é fundamental para o exercício da cidadania. Mas é necessário que este entendimento seja contextualizado, pois o local, muitas vezes, é resultado de decisões globais. Para Callai (2006, p.86):

Estudar e compreender o lugar, em Geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais ou humanas. Muitas vezes as explicações podem estar fora, sendo necessário buscar motivos tanto interno quanto externo para se compreender o que acontece em cada lugar.

O estudo da Geografia, portanto, é este movimento dialético entre o local e o global, o material e imaterial, o evidente e o aparente, o individual e o coletivo, o público e o privado, o particular e o universal, o humano e o natural, o social e o econômico. Assim, “compreender o lugar em que vive, permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir as coisas que ali acontecem” (CALLAI, 2006, p.84). Porém isso não se dá sem uma reflexão crítica na procura de definição de um entendimento, que, por vezes, exige uma análise complexa. Visto que:

O lugar—um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições—cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p.258).

Ao professor esta perspectiva de análise crítica do espaço requer uma compreensão ampla da dimensão conceitual do espaço e suas diversas categorias de inteligibilidade. Pois,

A interpretação do espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas, sem a qual estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois de um processo de síntese (SANTOS, 1978, p.117).

A cidade, como construção social e política, é marcada pelos interesses individuais das pessoas. Ao mesmo tempo em que proporciona a produção e reprodução do capital, também, contém em sua configuração as interações dos trabalhadores, ou seja, na cidade as relações entre capital e trabalho dão o contorno do embate entre as classes sociais. Bado (2009, p.34), em outras palavras diz que:

A compreensão desta complexidade é fundamental para a formação da cidadania, porque o lugar habitado deve ser pensado e compreendido segundo as relações espaço e tempo e a dinâmica sociopolítica, inerentes as configurações de sua paisagem, além das relações de poder subjacentes às interações sociais, as quais são traduzidas de forma diferenciada na organização do espaço.

Pensar a cidade no estudo de Geografia, nas escolas de ensino básico, é “mergulhar” na estrutura social, política, filosófica, econômica, pois a cidade é resultado de tudo isto e muito mais. Efetivamente, a “Geografia está estreitamente ligada à vida dos alunos, porque se interessa pelos processos que engendram a vida em sociedade, sejam eles, de or-

dem econômica, social, cultural ou política” (BADO, 2009, p.34).

No entender de Spósito, a cidade exerce o poder de manter a ordem social para possibilitar o controle dos trabalhadores e criar condições para reprodução do capital, mantendo a classe trabalhadora sob controle:

Sua atuação evidencia-se não apenas na construção de obras físicas, mas também ao exercer o poder de polícia, reprimindo passeatas, manifestações dos mais diversos grupos, que exercem nas praças e ruas. Esse papel de coerção é exercido em qualquer cidade de qualquer país do mundo, seja ele desenvolvido, seja ele do Terceiro Mundo [...] (2001, p.19).

A construção do espaço ao longo dos tempos acontece de forma diferente. Visto que os homens são “movidos” pelos interesses e circunstâncias de sua época. Então, o estudo da Geografia se encontra, muitas vezes, com o estudo da história; e dialeticamente eles se complementam.

A cidade se torna complexa

Ao refletirmos sobre o espaço e o tempo vamos entendendo que os dois são coadjuvantes por possibilitar uma leitura da realidade, pois compreender a configuração do espaço e perceber como os homens interagem nele e colocam em prática suas ideias é fundamental no ensino de Geografia. Na medida em que o espaço cidade sempre está sendo objeto na interferência humana e das transformações dos últimos séculos deu uma nova performance às cidades. Surgem, então, os lugares globais simples e os complexos, como explica Santos (1996, p.258):

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam, Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a ela se opõem.

Podemos entender, portanto, que não existe um conceito único do espaço cidade que dê conta de sua complexidade, como forma de organização social e econômica, pois sua configuração está relacionada às ações humanas ao longo do tempo sobre o espaço e isto pode ser entendido como processo histórico de cada cidade.

Há, no processo descrito acima, uma lógica que, grosso modo, podemos chamar de “capital atrai capital”. Algumas cidades se tornaram centro de excelência do capital e, por conseguinte, da ciência e da tecnologia, enquanto outras, ainda hoje, século 21, encontram-se há alguns séculos em atraso, tendo o modelo capitalista como parâmetro de referência.

Para Bauman (1999) existem dois pólos na sociedade contemporânea: o alto (composto por pessoas que têm capital) e o baixo (composto por pessoas que não têm capital). O primeiro é globalmente móvel, com mobilidade evidente e o segundo está preso à localidade, não tem, portanto, liberdade para se mover no espaço globalizado. O autor enfatiza que há uma mobilidade dos indivíduos em dois mundos:

O primeiro Mundo, o mundo dos globalmente móveis, o espaço perdeu sua qualidade restritiva e é facilmente transposto tanto na sua versão ‘real’ como na versão ‘virtual’. Para o segundo mundo, o da ‘localidade amarrada’, daqueles impedidos de se mover e assim fadados a suportar passivamente qualquer mudança que afete a localidade onde estão presos, o espaço real está se fechando rapidamente (p.96).

Porém, mesmo nos espaços urbanos de excelência os indivíduos convivem com realidades díspares, onde aquilo que entendemos por riqueza divide o espaço com a pobreza. Foi por isto que Santos (1996) caracterizou a cidade como um espaço banal, onde tem lugar para todos. Como afirma ele:

A cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 1996, p. 258).

A cidade contemporânea é uma sociodiversidade, pois nela convergem modos de vida de diferentes lugares de origem. Neste sentido a sua organização sócio-espacial se dá em decorrência dos interesses do capital e da luta pela sobrevivência dos excluídos da lógica capitalista que estabeleceu o espaço público e o espaço privado, entre donos dos meios de produção e os trabalhadores que oferecem a mão-de-obra. Pensando assim, Santos (1996, p.259) diz que a cidade:

Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos, ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida.

Hoje, a cidade está formada em torno de fluxos. Segundo Castells (1999, p.436):

[...] nossa sociedade está constituída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxo de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica.

No contexto da sociedade de fluxo, do modelo capitalista de produção e reprodução da riqueza, o capital não se espalhou uniformemente por todos os lugares.

Pensar a dinâmica da cidade ao longo do tempo e no espaço exige reflexões que levem em conta a diversidade de possibilidades e fatores que a configura. No modelo econômico capitalista existem diferentes cidades, tem a cidade do chamado Primeiro Mundo (diferente da referência feita por Bauman anteriormente), com qualidade de vida satisfatória; as cidades do Terceiro Mundo, marcadas pela concentração de riquezas em alguns lugares e em mãos de poucos, tem as metrópoles, cidades micros, as médias, cidades comerciais, administrativas, turísticas etc. Assim, “em todos os casos, a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade” (SANTOS, 1996, p.259).

As práticas sociais contemporâneas estão constituídas em redes e fluxos, como preconiza Castells (1999, p.436):

Assim, proponho a idéia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente

desarticuladas, mantidas por atores nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade.

No caso brasileiro, estamos localizados no chamado Terceiro Mundo, convivemos com uma urbanização decorrente, em geral, de movimentos migratórios da população em busca de melhores condições de vida, desesperados diante da realidade de exclusão que significou o processo de modernização no campo.

Nas cidades, esta parcela da população excluída do círculo do capital foi incorporada ao modo moderno de vida, marcado pelo consumismo como estilo de vida “chique”. Hoje consumir é estar na modernidade, nem que sejam produtos pirateados, ou oriundos de roubos, furtos, ou adquiridos em longas prestações etc. A onda é consumir alguma coisa que o mercado capitalista coloca à disposição, através das propagandas e publicidades. Santos (1996, p.259), complementa, dizendo que:

Nas grandes cidades, sobretudo do Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir.

Na última metade de século, as cidades ocupam uma proporção significativa no espaço. Na medida em que a modernização da agricultura necessitou, cada vez menos, de trabalhadores, grande contingente humano migrou para os centros urbanos. Assim, as cidades cresceram em dois sentidos: horizontal e vertical (SPÓSITO, 2001, p.23).

A Sociologia Urbana

Como no centro da cidade, em geral, não há mais espaço a saída é crescer verticalmente, até nas periferias o sentido horizontal é o mais comum. Neste caso, há uma diferença fácil de ser percebida no que tange ao movimento do capital no espaço urbano, é que a maior parte dele converge para o centro, pois nele está, geralmente, a classe social burguesa ou de melhores condições socioeconômicas. A cidade, então, tem duas partes visíveis concretamente: a parte rica e a parte pobre, grosso modo.

Para Spósito (2001, p.30):

A aglomeração de edifícios altos faz-se maior no centro, dispersando-se à medida que vamos para os bairros mais distantes ao mesmo tempo. O

crescimento vertical de uma cidade ocorre para atender a exigência de moradias residenciais, ou para criar espaços para as atividades econômicas, com a construção de edifícios para bancos, escritórios, escolas especializadas, etc.

Assim, além da necessidade de moradia para as camadas sociais mais providas de capital, há o detalhe econômico, pois as maiores áreas de comércio se concentram no centro. Em geral, não há grandes supermercados ou shoppings nas periferias, por exemplo.

Nesta lógica de desenvolvimento, o poder público investe mais no centro para embelezar e contentar as camadas sociais de maior poder crítico e que podem dar maior sustentação ao governo constituído. São os moradores do centro que fazem mais pressão e investem mais na eleição de prefeitos, governadores etc., ou seja, tem poder de barganha política.

A organização do espaço urbano, então, em geral, segue esta lógica: uma parte bem atendida com serviços de saneamento e outra sempre deficitária. Segundo Spósito (2001, p.31): “Ao crescer, se a cidade permite que o poder público amplie sua arrecadação de impostos, por outro lado, aumenta a necessidade dos serviços de coletas de lixo, de limpeza de ruas, aumentam as redes de água, esgoto”.

Em geral, os prefeitos comemoram o crescimento das cidades, mas se esquecem que isto traz junto problemas comuns aos centros urbanos maiores. “Isso significa que, à medida que uma cidade cresce, ela torna-se mais complexa, porque passa a mostrar um número crescente de modificações em seu espaço” (SPÓSITO, 2001, p.31).

Pensar a cidade no estudo da Geografia, portanto, é refletir sobre as mudanças e permanências nas características do espaço urbano, procurar compreender os interesses humanos nos lugares e observar as diversas dimensões: sociais, econômicas, culturais, política, natural etc. e decodificar os elementos que formam a sua complexidade.

Mas, há diferentes tipos de cidade: metrópoles, grandes, médias, pequenas e micros (algumas o número de habitantes não ultrapassam 1.000 pessoas). Neste caso, é interessante refletir sobre os aspectos sociológicos das cidades. Em algumas cidades as interações são mais significativas e as pessoas se conhecem, conversam; já noutras as pessoas estão “perdidas na multidão”, passam umas pelas outras nas ruas e nem se olham.

Spósito (2001, p.67) comenta que:

Se nas cidades pequenas a presença dos vizinhos e parentes no cotidiano exerce o poder de vigília e controle dos atos pessoais, nas grandes metrópoles, onde as pessoas se chocam nas ruas a cada momento,

a distância física entre elas diminui, da mesma forma que diminui afetiva e fraternamente.

Tecer considerações acerca das formas de sociabilidades nas cidades sempre é um aspecto importante para realizar uma leitura da configuração sociológica dos lugares. Spósito (2001, p.67) diz, ainda, que:

A noção de amizade, fraternidade torna-se mais fria e mais distante nas grandes cidades. A noção de justiça ganha um aspecto mais formal, desconsiderando o papel do indivíduo, a solidão torna-se mais intensa na vida de cada um.

A partir dos processos culturais do lugar associado a outros espaços podemos oportunizar reflexões filosóficas que criam condições para entender a complexidade das relações humanas na contemporaneidade.

O fenômeno urbano é fundamental para promover discussões acerca da vida em sociedade. Pois, como elemento conceitual, o espaço-cidade se constitui condição *sine qua non* para construção de conhecimentos, porque tudo acontece em um determinado espaço.

Os aspectos sociológicos no ensino da Geografia dizem respeito, também, ao estudo sobre os movimentos sociais urbanos e aos agrupamentos coletivos de defesa de interesses e de luta por cidadania, relacionados ao trabalho, ao direito à diversidade cultural, defesa do meio ambiente, de gênero, estudantil, entre outros. Para Spósito (2001, p.63):

Por movimento social urbano podemos designar toda atitude, revestida do caráter coletivo, cujo objetivo é modificar as condições de vida referentes a um determinado grupo, utilizando-se de uma linguagem própria para atingir o objetivo comum.

Há movimentos sociais urbanos ligados aos grêmios estudantis; aos sindicatos de trabalhadores e de mulheres; aos catadores de materiais recicláveis; aos travestis, lésbicas e simpatizantes; em defesa de democracia, da cultura, dos sem-tetos; à associação de bairros, todos, como afirma Spósito, todos têm o propósito de lutar, organizadamente, em favor de reivindicações ao seu grupo.

É interessante trazer para dentro da sala de aula, por meio do ensino de Geografia, temas que criam condições de estudo e de transformação de preconceitos que estejam relacionados a determinados segmentos sociais, em geral, discriminados. É uma questão de cidadania, pois a constituição de formas de sociabilidades mais tolerantes, com respeito aos diferentes, mesmo que não tenham nada a ver com nosso modo de viver ou de reivindicar, possibilita entender com mais profundidade a

realidade social por outros ângulos, para compreender, além da superficialidade, a dinâmica sociológica em sua complexidade.

A consciência dos sujeitos está relacionada às aprendizagens e, por esta perspectiva, o ensino de geografia exige, entre outras características, que ele esteja voltado a superar o modo mais espontâneo de pensar certas questões. “Exigir, assim, a transformação da consciência vem a ser o mesmo que interpretar diferentemente o existente, isto é, reconhecê-lo mediante outra interpretação” (MARX, 1987, p.26).

A educação na contemporaneidade nos desafia a refletir constantemente as formas de relacionamentos nos lugares. Sendo assim, a Geografia tem um papel importantíssimo neste caso, pois pode contribuir para formação de consciências nos jovens que estão em fase de constituição de subjetividade. Assim, ressaltamos que o desenvolvimento da consciência é um processo no qual se aprende no dia-a-dia, mediante, muitas vezes, repetidas análises e críticas, confronto com os valores anteriormente constituídos, referências sociológicas e filosóficas. Para Iasi (2007, p.08), então:

Quando conhecemos a consciência como processo, sabemos que ela só pode se formar, em primeiro momento, como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária. No entanto, os meios pelas quais esta sociedade molda as consciências são os mesmos que permitem que os seres humanos, na continuidade de sua vida, entrem em contradição com os valores anteriormente interiorizados podendo, em determinadas situações, produzir alterações qualitativas no processo da consciência.

O ensino de geografia, portanto, corresponde a reflexões acerca dos contextos de emergência de consciência, que consiste na inserção cultural dos indivíduos. Conforme Callai, nossas metodologias de ensino nos remetem a criar condições de comparação e correlação, estabelecendo conclusões, isto é, inserindo criticamente na historicidade dos lugares. Para a autora:

Estabelecer conclusões significa organizar os dados e as informações obtidas, a fim de caracterizar efetivamente os lugares e delinear as proposições levantadas no sentido de organizar as sínteses levantar hipóteses e interpretar, para além do observável, o que pode estar expresso no espaço, no sentido de suas origens – a historicidade dos lugares (CALLAI, 2006, p.118).

Assim, o estudo dos aspectos da sociologia urbana volta-se, também, à formação e à crítica da identidade dos processos sociais e políticos de um determinado espaço. Para Callai (2006, p.119): “O conjunto de características que formam a feição de um determinado espaço constitui a identidade. Os costumes, os valores, as tradições são elementos que, no seu conjunto, estruturam a identidade de um lugar”.

A identidade é o que situa a consciência de pertencimento ao contexto social de um lugar, cria vínculos sociais e políticos e, assim, oportuniza ao indivíduo se constituir como sujeito do processo histórico e a inserir-se no processo de luta por melhores condições de vida, ou seja, por cidadania. A identidade, então, contribui para a formação da consciência política de um indivíduo e pode levá-lo a querer transformações no espaço em que vive, por sentir-se parte dele e responsável, também, por ele.

Pensar e ensinar Geografia é se envolver com uma multiplicidade de possibilidades para análises epistemológicas, para realizar recortes, para definir estratégias e para formular um objetivo geral de ensino, que, no caso aqui, é criar condições para emergência de um sujeito crítico, político, capaz de leitura do mundo a partir de uma visão ampla de espaço.

Considerações finais

O ensino de geografia, portanto, visa possibilitar ao aluno construir conhecimentos capazes de se constituir como sujeito político, que perceba dialeticamente as diversas faces do espaço em que vive, no caso aqui, que se pense a partir do urbano e isso requer um olhar crítico sobre a formação e transformação do espaço.

Sendo assim, é necessário aprender a estabelecer conexões entre os diversos interesses que convergem no contexto ideológico e das relações de poder que marcam a dinâmica social, política, econômica e cultural. No texto tentei oferecer alguns elementos que considero importantes no contexto de um estudo de geografia crítica.

O tema não se esgotou, pois é complexo, é mais um olhar diferente, porém nada novo, mas que reforça a ideia que, refletir sobre a configuração do espaço e do lugar, é fundamental ao professor de geografia e, também, aos de outras áreas do conhecimento. Visto que para realizar uma leitura do mundo é indispensável se partir de um lugar, de uma determinada realidade e de perspectivas concretas.

Referências

BADO, Sandra Regina de Lima. *Desafios da Geografia: a cidade como conteúdo escolar no ensino médio*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CALLAI, Helena C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio C. *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 2. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. 6. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1987.

SANTOS, Milton. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência um universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Por uma Geografia nova*: São Paulo: HUCITEC, 1978.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *A vida nas cidades*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Recebido em: 28/07/2010
Aprovado em: 28/10/2010